

AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIAS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Lucas de Almeida Moura ¹

RESUMO

A agricultura urbana está diretamente relacionada com a agroecologia e com modos mais sustentáveis e conscientes de produção e consumo. Dialoga, também, com a segurança alimentar e nutricional, ao passo que contribui para o acesso a uma alimentação diversificada e segura, dos pontos de vista nutricional e de uso de agroquímicos. Nesse sentido, compreende-se que diversos são os modos de inserção dessa prática nas zonas urbanas, quer seja realizado de forma autônoma ou através da implementação de experimentos e projetos com intuito de promover o desenvolvimento local. Diante disto, este trabalho teve como objetivo realizar uma discussão teórico reflexiva de como a agricultura urbana agroecológica contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional nas zonas urbanas de diferentes cidades do Brasil. Através da análise de diferentes pesquisas, pode-se compreender que a agricultura no meio urbano ainda é ponto de discussão, tanto no meio acadêmico quanto no meio público. Entretanto, os casos e experiências analisados permitem compreender que ela contribui para o desenvolvimento social, favorece a geração de renda e a produção para abastecimento local e promove segurança alimentar e nutricional. Conclui-se, portanto, o modo de produção agrícola urbano, principalmente através da horticultura, fortalece a inclusão social e garante a redução da insegurança alimentar, sobretudo para famílias de baixa renda e de comunidades carentes.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Urbana, Agroecologia, Horticultura, Desenvolvimento Social.

INTRODUÇÃO

A agroecologia é reconhecidamente uma ciência transdisciplinar, que dialoga com os diferentes campos da ciência, e é definida como a utilização de princípios e conceitos da ecologia aplicados a construção de agroecossistemas sustentáveis com foco na reafirmação do agricultor como figura portadora do poder de promoção da sustentabilidade através de práticas que garantam a manutenção do meio ambiente (RIBEIRO et al., 2012).

Nesse sentido, a agroecologia se relaciona com a ideia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, conforme a Lei nº 11.346 de 15 de novembro de 2006, representa a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LOSAN, 2006).

¹ Graduado no Curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, moura.a.lucas@gmail.com

Nessa perspectiva a agricultura urbana agroecológica se insere como alternativa a superação de problemáticas decorrentes da expansão do processo de urbanização e para que seja garantido o Direito Humano a Alimentação (DHAA), possibilitando a presença da SAN nos diferentes contextos da sociedade, contribuindo para que estes conceitos possam acompanhar os processos evolutivos pelos quais as cidades passam, utilizando-se de estratégias que aproveitem o espaço urbano e deem aos cidadãos a capacidade de visualizarem o ambiente no qual se encontram com um olhar crítico, voltado para a proteção ambiental e uso sustentável de recursos naturais (RIBEIRO et al., 2012).

A agricultura urbana (AU) consiste no aproveitamento de espaços domésticos e públicos de zonas centrais e periféricas das cidades para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais. Além de contribuir positivamente para o meio ambiente, contribui, conseqüentemente, para a saúde humana através do suprimento de sistemas de alimentação urbanos, oferecendo opções de alimentos mais saudáveis e contribuindo para o manejo da água e do solo, tendo em vista que este tipo de produção tem um impacto ambiental muito menos significativo, quando comparado à agricultura tradicional (MACHADO; MACHADO, 2002).

A análise de resultados das pesquisas sobre a implementação de estratégias de utilização da agricultura urbana agroecológica em diferentes municípios brasileiros possibilita compreender que, apesar dos impactos positivos observados e da contribuição para a redução da presença da insegurança alimentar e nutricional, esta ainda é uma experiência pouco evidenciada, sobretudo nos grandes centros metropolitanos e em cidades onde há forte presença de atividades industriais. Logo, a discussão deste assunto se faz extremamente relevante para o levantamento de questões relacionadas à agroecologia, ao manejo adequado de recursos naturais nas cidades e a produção sustentável de alimentos voltada para a promoção do direito humano a alimentação e para a garantia da segurança alimentar e nutricional em zonas urbanas.

Portanto, este trabalho teve como objetivo realizar uma discussão teórico reflexiva de como a agricultura urbana agroecológica contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional nas zonas urbanas de diferentes cidades do Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa assume caráter exploratório e empírico, de abordagem qualitativa, e foi desenvolvida a partir da realização de revisão bibliográfica sistemática de artigos científicos publicados em repositórios acadêmicos, eventos científicos, páginas de revistas científicas eletrônicas e bases de dados científicas como *Scielo* e *Alice*, no período de 2000 a 2019. Os descritores de busca utilizados foram: agricultura urbana; segurança alimentar e nutricional; e agroecologia.

Para a seleção e inclusão dos trabalhos foram levados em conta os seguintes critérios: trabalhos realizados em municípios brasileiros, utilizando-se de metodologias de estudos experimentais ou exploratórias e que tiveram como objetivo direto ou indireto descrever experiências da implementação de sistemas de agricultura urbana ou discutir a aplicação desta nos municípios; foram admitidas pesquisas publicadas entre os anos de 2000 e 2019. Não foram incluídos trabalhos de revisão bibliográfica, meta-análises ou àqueles cuja metodologia não condizia com os critérios anteriormente mencionados.

Após exclusão de trabalhos que fugiam ao tema e de trabalhos repetidos, foi realizada a análise e revisão dos dez trabalhos selecionados, que satisfizeram com rigor os critérios de inclusão estabelecidos. E, para a discussão dos resultados, utilizou-se metodologia de análise qualitativa e comparativa.

DESENVOLVIMENTO

O direito à alimentação no Brasil, assim como o direito a educação, saúde, moradia, segurança, lazer, trabalho, entre outros, é um direito fundamental que está expresso na Constituição Federal da República (BRASIL, 2010). Entretanto, apesar de as ações para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional estarem presentes nas políticas públicas do país há muitas décadas, estas ganharam impulso maior na primeira década deste século, ao tornarem-se parte constitutiva de um conjunto de políticas e programas de intenso combate a fome e miséria, o que passou a requerer maior avaliação e acompanhamento e incentivou a produção de diversos estudos relacionados ao tema (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

A adoção de medidas que visam a redução da insegurança alimentar (IA) é fundamental para a amenização desta problemática que está presente em muitas regiões do país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), a insegurança alimentar está presente em mais de 30% dos domicílios brasileiros, sendo este quadro mais preocupantemente persistente nas zonas rurais (35,3%) e nas regiões Norte e Nordeste do país, onde a prevalência de IA atinge mais de 13% da população (IBGE, 2013).

Diante disto, a agricultura urbana se insere como importante alternativa para o abastecimento de alimentos em cidades e para a promoção da saúde, gerando, conseqüentemente, mais segurança alimentar e nutricional. Segundo Machado e Machado (2002) a urbanização exerce influência sobre todos os aspectos da produção e consumo de alimentos. Especificamente políticas de ajustamento estrutural, recessão econômica e rápido crescimento populacional são os principais aspectos responsáveis por manter ou inserir mais pessoas numa situação de miséria. “Nesse ponto, as atividades de agricultura urbana são importantes ferramentas estratégicas para prover às populações urbanas pobres seu auto-sustento, tornando-se instrumentos para suprir as carências alimentares” (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 18).

Conforme Aquino e Assis (2007, p. 142) “o uso produtivo de espaços urbanos proporciona a limpeza destas áreas e uma melhoria considerável ao ambiente local, com impacto positivo na sanitização pública”. Nesse contexto, a implementação de espaços urbanos voltados para a agricultura têm sido direcionados a valorização de espaços limitados nos quais, geralmente, residem populações socialmente marginalizadas, onde a produção é voltada para o autoconsumo, o que possibilita maior disponibilidade de alimentos e a possibilidade de uma dieta mais diversificada para os grupos familiares (AQUINO; ASSIS, 2007).

Além disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza como iniciativas de promoção da saúde, há muito tempo, atividades e programas planejados e executados por meio de princípios de caráter interdisciplinar, tais como: concepção holística; intersetorialidade; participação social; equidade; e sustentabilidade (WHO, 1998). Dentro deste último, mas, também inserido nos princípios anteriores, podem estar compreendidas atividades como a prática da agricultura em espaços urbanos, que garante o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequados, conforme preconizado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar ao definir a SAN (BRASIL, 2006).

Logo, ao falarmos de agricultura, sustentabilidade e produção de alimentos, faz-se necessário destacar que, num contexto de adoção de alternativas seguras e suficientes, é fundamental que isto seja realizado por meio de práticas que viabilizem a preservação dos

recursos naturais e contribuam para a redução de danos ao meio ambiente. Assim, ao serem desenvolvidas estratégias de utilização de espaços urbanos para a produção de alimentos por meio da agricultura, a realização desta através da perspectiva da agroecologia pode garantir não apenas a manutenção dos recursos já tão comumente degradados nas zonas urbanas, mas, também, a oferta de alimentos mais seguros, do ponto de vista higiênico-sanitário, e com melhores características organolépticas e nutricionais, contribuindo para a superação da fome e da presença de insegurança alimentar nas cidades (AQUINO; ASSIS, 2007; ROSA, 2011).

Importante destacar, ainda, que a ausência ou redução de segurança alimentar e nutricional em populações também possui relação com indicadores socioeconômicos e demográficos e isto, ao longo do tempo, relacionou-se com a superlotação de cidades, favorecendo o aumento da miséria e da fome, trazendo para as zonas urbanas uma população, geralmente, oriunda de zonas rurais, ainda detentora de um conhecimento sobre o campo e a produção de alimentos por meio do plantio e da colheita (ROSA, 2011).

Sendo assim, num contexto mais amplo, é possível compreender que a superação de iniquidades sociais que decorrem na supressão do direito humano a alimentação pode ser realizada em níveis completamente distintos, porém complementares. Ao inserir a agricultura em espaços urbanos, muitas vezes desacreditados ou inabitados, oferece-se autonomia para que famílias possam produzir seu próprio alimento e contribuir para a manutenção de um ambiente mais sustentável nas cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura urbana é uma realidade presente nos espaços intraurbanos e periurbanos de diversos locais no Brasil e no mundo e é predominante em países em desenvolvimento. Através dela são desenvolvidas atividades diversas que auxiliam no combate a fome, gerando emprego, renda, trabalho, segurança alimentar e nutricional, e contribuindo com a produção de alimentos para o comércio local (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016).

Ela não se refere apenas ao cultivo de árvores frutíferas nas cidades e a colheita de produtos hortícolas, envolve também diferentes tipos de cultivo, como o cultivo de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, além da criação de diferentes tipos de animais. Desse modo, a produção gerada nas cidades, de forma individual e comunitária, direciona-se as necessidades da população urbana que decorrem da vida em sociedade no contexto atual, como a necessidade de um desenvolvimento de base sustentável, por meio da proteção

ambiental, além de outros aspectos já mencionados anteriormente, como a geração de renda e produção de alimentos agroecológicos (CRIBB; CRIBB, 2009).

Em pesquisa realizada por Pessoa, Souza e Schuch (2006), objetivou-se apresentar os resultados de uma investigação sobre a contribuição da agricultura urbana na melhoria da renda e da alimentação de famílias pobres no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autores consideraram o modo de produção observado como uma exceção ao mercado tradicional ou uma economia de subsistência, que cumpre um papel de complementação da alimentação e da renda, garantindo produtos frescos e uma dieta variada, livre de contaminantes, visto que as famílias não se utilizavam de insumos agroquímicos. Dessa forma, foi possível constatar que a agricultura urbana, de base agroecológica, contribuiu para a redução da insegurança alimentar entre as famílias, promovendo melhoria da renda e maior acesso a alimentação adequada e de qualidade.

Resende e Cleps Júnior (2006) examinaram as atividades agrícolas existentes no espaço urbano de Uberlândia, município do estado de Belo Horizonte. A pesquisa teve como objetivo principal perceber o papel e importância da AU no contexto do desenvolvimento, abastecimento e segurança alimentar locais. Conforme explanado pelos autores, a AU representa um meio de geração de renda e de inclusão social no município, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Entretanto, destacaram a importância de se reconhecer esta prática como uma atividade legítima no contexto urbano, tendo em vista que ainda demonstrava ser marginalizada e ignorada pelos órgãos públicos.

Lepper (2007), por meio de estudo analítico, teve como objetivo principal de sua pesquisa analisar a viabilidade de implantação da agricultura urbana em espaços públicos municipais em áreas de risco no município de Santa Cruz do Sul, RS. Após analisar diferentes indicadores e demográficos da localidade, bem como realizar um diagnóstico da realidade urbana para indicação de espaços públicos passíveis de utilização em programas de AU, o autor constatou que a implementação da AU na cidade seria uma importante estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional, sobretudo para as comunidades mais carentes, garantindo a inclusão social por meio da geração de emprego, renda, auto consumo e do abastecimento local de feiras, entidades e pequenos comércios.

Com o objetivo de realizar um diagnóstico socioeconômico do modo de produção de agricultura urbana, através de hortas urbanas cultivadas no município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo, Hirata, Golla e Hespanhol (2010) constataram que este tipo de atividade é responsável, no local, pelo complemento da renda das pessoas envolvidas e pela

melhoria das condições socioeconômicas destas, destacando a contribuição deste fato para a superação da insegurança alimentar. Ainda de acordo com as autoras “as populações adjacentes às hortas são favorecidas, pois adquirem produtos sem agroquímicos, frescos e por um menor preço, além do ponto de venda estar próximo de suas casas” (HIRATA; GOLLA; HESPANHOL, 2010, p.8). Enfatizou-se, também, a função educadora que a agricultura urbana exerce no município por meio das hortas, tendo em vista que há a participação da comunidade escolar nas atividades.

Ricarte-Covarrubias, Ferraz e Borges (2011) realizaram estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em um município do interior do estado de São Paulo com o objetivo de identificar e caracterizar agricultores urbanos nestas comunidades e avaliar a contribuição da agricultura urbana para a SAN. Os autores constataram que a prática é realizada, majoritariamente, pela população de baixa renda da cidade, sendo a produção para subsistência a principal justificativa para a adoção do cultivo no perímetro urbano. Além disso, constatou-se, também, que era diversa a variedade de espécies cultivadas, que têm seu excedente compartilhado com a vizinhança e familiares não residentes no local. A horticultura, em grande parte, era realizada sem a adoção de insumos químicos, o que vai de encontro com princípios da agroecologia. Logo, os autores puderam concluir que a agricultura urbana contribuía diretamente para a segurança alimentar e nutricional nas comunidades pesquisadas.

Aleixo et al. (2011), por meio de pesquisa exploratória, investigaram características históricas e questões relacionadas as principais práticas de manejo agrícola urbano utilizados pela comunidade do Morro do Escorpião, no município de Viçosa, Minas Gerais. Ao analisar o trabalho, que analisa as ações realizadas por um projeto de horticultura implantado na comunidade, constata-se que esta se caracteriza como uma alternativa e oportunidade de acesso a alimentos mais nutritivos, de origem agroecológica, bem como de melhoria das condições socioeconômicas na localidade e de promoção da segurança alimentar. Propostas como esta, quando bem aplicadas, em contextos semelhantes, são capazes de gerar desenvolvimento local e mudar a realidade de diversas famílias de baixa renda.

Por meio de pesquisa exploratória qualitativa, Pires (2016) analisou a importância e a influência da agricultura urbana e periurbana no desenvolvimento econômico e social dos integrantes das hortas comunitárias que atuam na Região Metropolitana de Maringá. A análise foi realizada através da interpretação das respostas dos questionários aplicados aos integrantes das comunidades. Observou-se que a agricultura urbana e periurbana tem um grande potencial

socioeconômico, possibilitando o incremento e a expansão da renda dos pequenos agricultores que, segundo o autor, em quase sua totalidade, desenvolvem a agricultura de forma auto-sustentável, obtendo produtos orgânicos. Logo, também, a prática é responsável pela produção dos insumos necessários ao sustento das famílias. Sendo assim, diante do exposto pelo autor, torna-se possível compreender que a AU na região, além de ser desenvolvida de forma sustentável, contribui diretamente para a geração de renda e para a garantia do direito humano a alimentação e, conseqüentemente, para a segurança alimentar, garantindo a soberania alimentar de muitas famílias.

Melo (2016) ao analisar as áreas que apresentam a prática da agricultura urbana e os benefícios desta para a sustentabilidade do perímetro urbano da cidade de Macapá – AP, constatou, através de estudo observacional e documental, que a prática contribui para o aumento das áreas verdes na cidade, favorecendo a sustentabilidade e a qualidade do ambiente e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Ainda de acordo com o autor, a produção, em suma, possui base ecológica, logo, o mesmo concluiu que a prática da agricultura urbana no município favorece a situação de segurança alimentar e nutricional.

Em trabalho realizado por Linhares, Rojas e Rodrigues (2018), objetivou-se sistematizar um projeto de agricultura urbana como prática de educação ambiental na cidade de São Luís, no Maranhão. Utilizando-se da participação de jovens e funcionários de uma entidade filantrópica, o projeto viabilizou a implantação de uma horta em um espaço urbano, pautando-se na construção de oportunidades de informações destacando a segurança alimentar e nutricional e o aproveitamento de resíduos sólidos. A partir da implementação do projeto, os autores puderam concluir que este tipo de prática é uma importante estratégia de difusão de conhecimentos acerca questões referentes à necessidade da conservação dos recursos naturais, segurança alimentar, consumo racional de recursos hídricos, resíduos sólidos, lixo, ciclagem de nutrientes, biodiversidade, consumismo, geração de renda, bem como, outros assuntos relacionados à sustentabilidade.

Bosetti et al. (2018) desenvolveram, através de ação de extensão um trabalho de recuperação e construção de hortas urbanas com famílias vinculadas à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade de Curitiba. Objetivou-se melhorar as condições de segurança alimentar das famílias envolvidas. Conforme resultados expostos pelas autoras, após o período de um ano foi possível observar avanços realizados pelas próprias famílias participantes, bem como a adoção da horticultura pelas outras famílias próximas. Além disso, as autoras enfatizaram que para a consecução dos resultados esperados,

foi essencial o desenvolvimento integrado de ações de inclusão social, terapia ocupacional e segurança alimentar. Desse modo, a ação desenvolvida contribuiu para as famílias, no que se refere aos seus processos de empoderamento, formação cidadã, utilização sustentável de solos urbanos e produção de alimentos saudáveis.

As pesquisas analisadas neste estudo são, em grande parte, de caráter exploratório, estudos de caso e experimentais, que buscaram analisar como a prática da agricultura urbana se insere no contexto de diferentes cidades do Brasil, enfatizando a sua contribuição para a afirmação da segurança alimentar nas zonas periféricas urbanas e para a adoção de práticas sustentáveis, pautadas em um modo de produção agroecológico.

Diante disto, os diversos trabalhos apresentam dados de suma importância, sobretudo ao considerarmos o cruzamento de diferentes indicadores ao mensurar o impacto de práticas mais sustentáveis de produção de alimentos que garantem a viabilização de renda e de acesso a uma alimentação mais digna e segura para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de desenvolvimento de qualquer prática de agricultura em zonas urbanas ainda parece ser um assunto pouco discutido ou negligenciado pela comunidade científica e por órgãos públicos, dotados de poder de difusão de conhecimento e de meios para que isso possa ser uma alternativa ao desenvolvimento, através de práticas sustentáveis, mesmo num perímetro urbano ou periurbano.

Ao avaliarmos os resultados das experiências e análises expostos pelos diferentes trabalhos discutidos nesta pesquisa, podemos compreender que a produção agrícola urbana tem se mostrado fundamental, através de práticas agroecológicas, para a manutenção de um ambiente mais saudável nas cidades e para a utilização responsável dos recursos naturais.

É possível constatar, também, que esta demonstra ser uma fonte alternativa de renda para muitas famílias de baixa renda, que produzem para o autoconsumo e que conseguem gerar ou complementar sua renda a partir da comercialização local dos produtos obtidos.

Constata-se ainda que, a horticultura parece ser a forma predominante quando se fala de agricultura urbana. Positivamente, isto contribui para a redução da geração de resíduos sólidos e sua reutilização e para a redução de insumos químicos. Além disso, ao permitir o acesso de diversos indivíduos a alimentos saudáveis e seguros, em quantidade e qualidade suficiente, este modo de produção possibilita a garantia da segurança alimentar e nutricional, reafirmando o direito humano a alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, I.; DAYER, V.; ARAÚJO, L.; FIORINI, A. Agricultura urbana na comunidade do Morro do Escorpião: o que podemos aprender? **Cadernos de Agroecologia**. v. 6, n. 2, p. 1-6, Dez. 2011.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Rev Ambiente & Sociedade**. v. 10, n. 1, p. 137-150, Jan-Jun. Campinas, 2007.

BOSETTI, C. J.; PEIXER, Z. I.; RODRIGUES, N. C.; WENDT, J. R. Práticas comunitárias com agricultura urbana: segurança alimentar e inclusão social com as famílias da APAE de Curitiba – SC. **Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC**. Ano 5, n. 9, Dez. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2006. Brasília, 2006.

CARNEIRO, M. F. B.; PEREIRA, L. A. G.; GONÇALVES, T. M. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev Desenvol Social**. v. 1, n. 19, p. 51-61. 2016.

CRIBB, S. L. S. P.; CRIBB, A. Y. Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. **Anais... 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural**. Porto Alegre, 2009. 14p.

HIRATA, A. C. S.; GOLLA, A. R.; HESPANHOL, R. A. M. Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Rev Informações Econômicas**. v. 40, n. 1, Jan. São Paulo, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Colet**. v. 16, n. 1, p. 187-199. 2011.

LEPPER, L. **Agricultura urbana: uma estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável em Santa Cruz do Sul/RS**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, 2007. 154p.

LINHARES, J. F. P.; ROJAS, M. O. A. I.; RODRIGUES, M. I. A. Agricultura urbana como prática alternativa para educação ambiental: uma proposta de sistematização e ações em São Luís (MA). **Rev Brasileira de Educação Ambiental**. v. 13, n. 1, p. 10-21. São Paulo, 2018.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. **Documentos 48 – Agricultura urbana**. 1ª impressão. EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Planaltina: EMBRAPA, 2002. 25p.

MELO, L. P. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá – AP. **Anais... VII Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, 2016. 12p.

PESSOA, C. C.; SOUZA, M.; SCHUCH, I. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. **Rev Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 13, n. 1, p. 23-37. Campinas, 2006.

PIRES, V. C. Agricultura urbana como fator de desenvolvimento sustentável: um estudo na região metropolitana de Maringá. **Rev Pesquisa & Debate**. v. 27, n. 2, p. 69-84, Dez. São Paulo, 2016.

RESENDE, S.; CLEPS JÚNIOR, J. A agricultura urbana em Uberlândia (MG). **Rev Caminhos de Geografia**. v. 6, n. 19, p. 191-199, Out. Uberlândia, 2006.

RIBEIRO, S. M.; AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F.; BÓGUS, C. M.; PEREIRA, I. M. T. B.; Agricultura urbana agroecológica – estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Rev Bras Promoç Saúde**. v. 25, n. 3, p. 381-388, Jul/Set. Fortaleza, 2012.

RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Rev Bras Agroecologia**. v. 6, n. 3, p. 62-80, 2011.

ROSA, P. P. V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Rev Geográfica de América Central**. v. 2, n. especial EGAL, p. 1-17, Jul-Dez. Costa Rica, 2011.

WHO. World Health Organization. **Health promotion glossary**. Geneve: WHO, 1998.